

A parenética franciscana ao serviço da Monarquia por ocasião do nascimento de D. Maria Teresa de Bragança (1793)*

The franciscan parenetic as a means of building the royal image at birth of D. Maria Teresa of Braganza (1793)

Isabel M. R. Mendes Drumond Braga¹

Resumo

D. Maria Teresa de Bragança (1793-1874), filha de D. João e de D. Carlota Joaquina, príncipes do Brasil, nunca suscitou por parte dos historiadores uma biografia. Neste artigo recolheram-se e interpretaram-se informações susceptíveis de dar a conhecer alguns aspectos da vida da infanta, não para colmatar a lacuna referida, mas apenas como pano de fundo para enquadrar a parenética franciscana produzida por ocasião do nascimento da primogénita dos futuros monarcas, matéria que constitui o objecto deste estudo, concebido na óptica que entende o sermão como um instrumento ao serviço da construção e do reforço da imagem real, mesmo no final do Antigo Regime.

Palavras-chave: Portugal. Século XVIII. Sermões.

Abstract

In this paper were collected and interpreted several information to make known some aspects of the biography of Maria Teresa of Braganza (1793-1874), daughter of King John VI and Queen Carlota Joaquina of Portugal, only as a backdrop to frame the Franciscan parenetic produced at her birth, as first-born of the future monarchs. These texts are important means of building and strengthening the royal image, while clearly serving the glorification of the monarchical power even at the end of the *Ancien Regime*.

Keywords: Portugal. 18 century. Sermons.

* Este trabalho foi financiado por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia no âmbito do projeto UID/HIS/00057/2013. Este texto foi apresentado no *Congresso Internacional Os Franciscanos no Mundo Luso-Hispânico: História, Arte e Património* – Lisboa, Julho de 2012, cujas actas não foram publicadas.

¹ Possui doutoramento em História pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, mestrado e licenciatura em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Actualmente é docente dos cursos de Graduação e Pós-Graduação em História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. País de origem: Portugal.

1 Para uma biografia de D. Maria Teresa de Bragança

O contrato matrimonial de D. João e D. Carlota Joaquina foi assinado a 10 de Março de 1785 e o casamento celebrado a 8 de Maio seguinte (PEREIRA, 1999, p. 19-37; VENTURA, 2011, p. 15-24). Porém, a consumação só ocorreu a 5 de Abril de 1790, devido à tenra idade da noiva, que viera para Portugal com 10 anos e começara a conviver com o marido que então contava 18. O crescimento da criança que era a infanta D. Carlota Joaquina foi objecto de várias observações e de algum desespero por parte de D. João, seu cônjuge. Assim, a 30 de Maio de 1785, o infante escrevia à irmã, D. Mariana Vitória, que se achava em Espanha, casada com D. Gabriel de Bourbon y Saxe: “Eu bem me desejaria ver também de posse da minha mulher, mas logo chegará o tempo para também lhe fazer o mesmo que o teu marido te fez a ti”. Sobre D. Carlota Joaquina teceu vários elogios: “é galantíssima, tem todas as qualidades boas. Só a de ser muito pequena, mas é coisa que se remedeia com o tempo” (LÁZARO, 2011, p. 128). Cerca de um mês depois, insistia: “cada vez estou mais contente com a infanta, que tem todas as qualidades que se podem procurar” (LÁZARO, 2011, p. 143). Em Setembro, continuava a enviar notícias à irmã acerca de D. Carlota Joaquina, que teimava em não crescer rapidamente:

“Ela é muito esperta e tem muito juízo, só o que tem é ser muito pequena e eu gosto muito dela” (LÁZARO, 2011, p. 192). No ano seguinte, logo em Fevereiro de 1786, voltou a lamentar-se: “O que tu me dizes na tua carta, se eu me revejo na infanta e se desejarei já o tempo de ter filhos: por ora, não me revejo porque me faz tristeza vê-la tão pequena [...]. Tu bem podes julgar se eu gostarei disto, porque me priva de ter o gosto que tu já tiveste, que bem inveja te tenho. Pois, paciência! Lá chegará a fresca primavera de eu ter também o que tu me dizes ter também” (LÁZARO, 2011, p. 275). Em Dezembro, as queixas continuaram, mas a perspectiva era eventualmente um pouco mais optimista: “Também o que me dizes que lá há-de chegar o tempo, em que eu hei-de brincar muito com a infanta. Se for por este andar, julgo que nem daqui a 6 anos. Bem pouco mais crescida está do que quando veio” (LÁZARO, 2011, p. 421).

Entretanto, alguns suspeitavam da esterilidade da nova infanta de Portugal, designadamente o embaixador de França, marquês de Bombelles, a quem a opção de D. Maria I ter escolhido noivos espanhóis para os seus filhos, tanto desagradara. Sobre D. Carlota Joaquina não se coibiu de escrever:

une femme dont il paraît impossible qu'il tire jamais race; on dit assez plaisamment à ce

sujet qu'il faudra faut la foi, l'espérance et la charité pour consommer ce ridicule mariage: la foi pour croire l'infante une femme, l'espérance pour se flatter en avoir des enfants et la charité chrétienne pour se résoudre à lui en faire (BOMBELLES, 1979, p. 94).

A 5 de Abril de 1790, passados cinco anos sobre a boda, deu-se o "ajuntamento", como então se dizia, anunciado pela *Gazeta de Lisboa*, que cerca de mês e meio antes revelara aos seus leitores a "visita mensal", ou seja, a primeira menstruação da Princesa do Brasil (PEDREIRA; DORES, 2006, p. 48; VENTURA, 2011, p. 38). A mãe desta, Luísa de Bourbon-Parma, Rainha de Espanha, foi informada de ambas as novidades por D. Maria I. A 21 de Março, uma carta da soberana de Portugal relatava: "a nossa amada Carlota já está mulher inteiramente sem o menor abalo. [...] Atendendo ao desejo que João tinha da sua união, agora estamos fora de dúvida e se fará para a Páscoa". A 6 de Abril, era outra a novidade: "ontem se ajuntou [D. Carlota Joaquina] com seu esposo e nosso querido filho e passaram bem a noite e estão muito contentes. Deus permita abençoá-los e dar-nos a consolação de vermos brevemente netos como espero" (BEIRÃO, 1944, p. 445-447). Os netos vieram em número de oito. Porém, só passados três anos e alguns dias após a consumação do casamento, nasceu a princesa da Beira. O Reino parece ter suspirado de alívio.

De facto, logo que se soube da primeira "gravidação" de D. Carlota

Joaquina Portugal multiplicaram-se, de Norte a Sul, as manifestações de regozijo. A 16 de Outubro de 1792, houve missa solene na capela de Queluz (*Gazeta de Lisboa*, n. 42, Lisboa, 16 de Outubro de 1792), a que se seguiram três dias de preces no patriarcado de Lisboa (*Suplemento à Gazeta de Lisboa*, n. 42, Lisboa, 19 de Outubro de 1792) e no arcebispado de Évora (*Segundo Suplemento à Gazeta de Lisboa*, n. 12, Lisboa, 23 de Março de 1793), além de várias celebrações de *te deum* na igreja da Flor da Rosa (*Segundo Suplemento à Gazeta de Lisboa*, n. 43, Lisboa, 27 de Outubro de 1792), na sé de Braga (*Gazeta de Lisboa*, n. 47, Lisboa, 20 de Novembro de 1792), na capela de Vila Viçosa, na capela da Universidade de Coimbra (*Segundo Suplemento à Gazeta de Lisboa*, n. 50, Lisboa, 15 de Dezembro de 1792) e na colegiada de Valença do Minho (*Segundo Suplemento à Gazeta de Lisboa*, n. 13, Lisboa, 30 de Março de 1793) e missas de acção de graças na matriz de Torres Novas (*Segundo Suplemento à Gazeta de Lisboa*, n. 17, Lisboa, 17 de Novembro de 1792) e na capela de Nossa Senhora dos Prazeres, em Mateus (*Gazeta de Lisboa*, n. 48, Lisboa, 27 de Novembro de 1792).

Tanto quanto se sabe, a gravidez e o parto terão decorrido sem problemas, como nos dão conta diversas fontes da época (PEDREIRA; DORES, 2006, p. 54-55). O núncio Carlo Bellissimi informou Roma, dando várias

novidades: o parto havia sido felicíssimo e precedido de poucas dores, a princesa estava muito bem, a recém-nascida mostrava-se de boa compleição e as festas haviam sido sumptuosas (VILA PALA, 1964, p. 70). Durante a terceira gravidez da princesa, a mãe desta, a Rainha Maria Luísa, referindo-se às situações anteriores, escreveu:

Siento en el alma te halles desarvonada con tu embarazo, y aun mas el que tengas aprehension habiendo salido tan felizmente de los anteriores. Dexares de presentimentos funestos, imita a tu amante madre que en iguales casos nunca los ha conocido y tén confianza en Dios, a quien no cesaré yo de rogar te saque con toda felicidad (AZEVEDO, 2007, p. 261).

O parto deu-se a 29 de Abril de 1793, no palácio da Queluz². A *Gazeta de Lisboa* noticiou:

Hontem se encheo esta Capital de alegria pelo feliz successo com que a Princesa do Brazil Nossa Senhora às 6 horas e 40 minutos da manhã deu à luz huma robusta Princeza. Este successo, que prognostica aos Portuguezes o complemento das suas esperanças, foi anunciado por descargas de toda a artilharia da Real Esquadra, e do Castello, e por repiques de todos os sinos; à noite o jubilo geral se manifestou pela illumination de toda a Cidade, que deverá continuar hoje e a manhã” (*Gazeta de Lisboa*, n. 18, Lisboa, 30 de Abril de 1793).

A 3 de Maio, o periódico informava que mãe e filha “gozam da melhor saúde, que as circunstancias podem permitir”, acrescentando que a 29 do mês anterior o príncipe D. João recebera os cumprimentos dos ministros estrangeiros e da Corte, que houvera três dias de luminárias e que no castelo de São Jorge o intendente geral da polícia, Pina Manique, tinha feito erguer “uma espécie de fortaleza ornada de figuras alegóricas, e coberta com immensidade de luzes” (*Suplemento à Gazeta de Lisboa*, n. 18, Lisboa, 3 de Maio de 1793). Na capela real da Ajuda realizaram-se, a 4 de Maio, vésperas solenes, a 5, acção de graças e a 6, o baptizado da recém-nascida, tudo oficiado pelo cardeal patriarca de Lisboa³. À que usaria durante três anos o título de princesa da Beira⁴, foi dado o nome de D. Maria Teresa Francisca de Assis Antónia Carlota Joana Josefa Xavier de Paula Micaela Rafael Isabel Gonzaga. Foram padrinhos o Rei de Espanha, Carlos IV, representado pelo infante D. Pedro Carlos, e madrinha, Nossa Senhora, estando em seu lugar D. Maria Francisca Benedita, princesa viúva do Brasil (*Suplemento à Gazeta de Lisboa*, n. 19, Lisboa, 10 de Maio de 1793).

² Não há unanimidade entre os autores sobre o local de nascimento da princesa: Queluz ou Ajuda. O facto de a família real se achar a residir no segundo parece levar a pensar que se trata da hipótese mais credível mas não é certo, pois o nuncio tornou claro que, após o baptizado, a família real voltou para Queluz.

³ *Gazeta de Lisboa*, n. 19, Lisboa, 7 de Maio de 1793. As festas foram sumptuosas e os pobres não foram esquecidos: concederam-se dotes, no valor de 80.000 réis cada, a 100 donzelas, distribuíram-se refeições a 100 pobres e outras a todos os presos, durante três dias (VILA PALA, 1964, p. 70-71).

⁴ O título passou em 1795 para o primeiro varão de D. João e D. Carlota Joaquina, D. António.

D. Maria Teresa, que veio a falecer em Trieste a 17 de Janeiro de 1874, casou-se duas vezes. A primeira, no Rio de Janeiro, a 13 de Maio de 1810⁵, com o primo Pedro Carlos de Bourbon y Bragança, infante de Espanha (Aranjuez, 1786 – Rio de Janeiro, 1812)⁶. As festas por ocasião do matrimónio foram significativas. Em breve a princesa esperava descendência: D. Sebastião de Bourbon y Bragança, infante de Espanha (Rio de Janeiro, 1811 – Madrid, 1875) (PEREIRA, 2004, p. 41-55). No final de Outubro de 1811, segundo Luís Joaquim dos Santos Marrocos, no Rio de Janeiro, havia-se publicado o “Bando Real para o nascimento do futuro menino ou menina, que gozará da alta preeminência de Infante, não obstante não ser filho de infante português; e deseja-se muito que seja menina para a seu tempo haver outro casamento com o nosso infantezinho [D. Miguel]” (MARROCOS, 2008, p. 85-86). Dias depois,

acrescentou: “supõe-se que o sobredito parto é para o princípio de Novembro e por isso fervem os preparos estrondosos, assim em terra, como no mar, as preces amotinam os ouvidos e todos os pretendentes estão à mira desse tão desejado dia” (MARROCOS, 2008, p. 88). O nascimento teve lugar alguns dias depois e o baptizado ocorreu a 17 de Dezembro, coincidindo com o aniversário de D. Maria I⁷.

O casal entendia-se muito bem, chegando, no princípio de Abril de 1812, a referir-se os eventuais excessos do “exercício conjugal”, como responsáveis pela doença de D. Pedro Carlos. De tal forma que os cônjuges foram separados, suspeitando-se que a princesa estivesse de novo grávida (MARROCOS, 2008, p. 129). O infante veio a falecer, na quinta da Boa Vista, às 18 horas e 37 minutos, do dia 26 de Maio (*Gazeta do Rio de Janeiro*, n. 44, Rio de Janeiro, 30 de Maio de 1812), apesar de a 23 ainda se acreditar no seu restabelecimento (MARROCOS, 2008, p. 129). Foi sepultado no convento de Santo António, do Rio de Janeiro (*Gazeta do Rio de Janeiro*, n. 45, Rio de Janeiro, 3 de Junho de 1812). A 29, ocorreu a celebração de sumptuosas cerimónias fúnebres, que implicaram a pregação de vários sermões, Luís Joaquim dos Santos Marrocos comentou que, ao contrário do

⁵ Na *Gazeta do Rio de Janeiro* pode ler-se que o casamento a celebrar no dia do aniversário do regente constituía “penhor da felicidade da Europa, pois o monstro, que para a subjugar e aniquilar necessita destruir o ilustre sangue dos Bourbons vê cada dia mais frustradas as esperanças” (*Gazeta do Rio de Janeiro*, n. 39, Rio de Janeiro, 12 de Maio de 1810). Dias depois, as notícias eram mais pormenorizadas. As decorações do palácio contaram com muitos lustres, as paredes forradas de tafetás e alcatifas da Pérsia que “felizmente escaparam à rapina do monstro”, o casamento ocorrera às 4 horas na capela real e, à noite, os festejos contaram com ópera e fogo-de-artifício. Nos dias seguintes, música e fogos continuaram a animar o ambiente (*Gazeta do Rio de Janeiro*, n. 40, Rio de Janeiro, 19 de Maio de 1810).

⁶ Era filho de Gabriel de Bourbon y Saxe e de D. Mariana Vitória de Bragança, tendo vindo para Portugal, a pedido de D. Maria I, sua avó, após a morte prematura dos progenitores.

⁷ A madrinha foi a Rainha D. Maria I, representada pela nora e o padrinho, o regente. Cf. *Gazeta do Rio de Janeiro*, n. 101, Rio de Janeiro, 18 de Dezembro de 1811 e *Gazeta Extraordinária do Rio de Janeiro*, n. 30, Rio de Janeiro, 19 de Dezembro de 1811.

que antes afirmara, a infanta não estava grávida (2008, p. 131). Segundo as palavras laudatórias do antigo mestre José Maria Dantas Pereira, primeiro biógrafo do infante, em texto oferecido à viúva, D. Pedro Carlos fora “liberal e benigno para com os criados, encontrá-lo-emos silencioso mas sem afectação e sem reserva, singelo, mas sem desalinho, comedido, pacífico, sem apego a interesses e tão modesto como bom marido, fazendo esperar que seria tão bom pai, quão bom sobrinho se mostrava” (1813, p. 28).

D. Carlota Joaquina, em carta datada de 23 de Maio de 1814, dirigida a seu irmão Fernando VII, rei de Espanha, que procurava esposa, descreveu as suas várias filhas, sem esquecer a sua primogénita viúva. De D. Maria Teresa escreveu: “tiene 21 años, es viuda, tiene un chico; y esta enferma del pecho” (*apud.* VENTURA, 2011, p. 93). Ainda no ano seguinte se falava na possibilidade de um enlace entre esta e o monarca espanhol (MARROCOS, 2008, p. 295), que acabaria por se matrimoniar com D. Maria Isabel Francisca de Bragança, sua irmã. O estado de saúde de D. Maria Teresa já havia sido referido por Santos Marrocos, em Março de 1814 (2008, p. 245). Em Maio do ano seguinte, continuava doente, do mesmo problema ou de outro, embora sem inspirar cuidados (MARROCOS, 2008, p. 289). Mais tarde, em 1816, ventilava-se a possibilidade de a princesa da Beira se casar com um filho de Francisco I, Rei

das Duas Sicílias (MARROCOS, 2008, p. 331). Nesse mesmo ano, a opinião do duque de Luxemburgo, embaixador de Luís XVIII, era peremptória a respeito da conduta desregrada de D. Maria Teresa: “la jeune Princesse veuve, fille ainée de S.S.A.A. n’est pás aussi étrangère aux discussions de famille mais elle n’a que très peu d’influence. Son caractère léger l’a entraînée dans beaucoup d’aventures peu dignes de son rang. Elle passe sa vie dans la dissipation. L’Infant D. Sébastien son fils est âgé de 5 ans” (*D. Pedro d’Alcantara*, 1986, p. 194). O segundo casamento só aconteceria bem mais tarde, em Azcoitia, a 20 de Outubro de 1838, com o tio e cunhado Carlos Maria Isidro de Bourbon, infante de Espanha e conde de Molina (Aranjuez, 1788 – Trieste, 1855)⁸.

Miguelista convicta, D. Maria Teresa viveu a maior parte da sua vida fora de Portugal, ocupando-se, sobretudo, com a questão dos direitos do seu filho ao trono espanhol. Morreu em Trieste, a 17 de Janeiro de 1874. Apesar de contributos muito pontuais a biografia desta senhora aguarda historiador. Neste texto apenas nos interessa a celebração do seu nascimento através da parenética da autoria de franciscanos, no início de

⁸ Este infante era filho de Carlos IV de Espanha, irmão de Fernando VII e viúvo de D. Maria Francisca (1800-1834), irmã de D. Maria Teresa, com quem casara em 1816. Em carta para D. Carlota Joaquina, datada de Madrid, a 22 de Outubro de 1816, a recém-casada comentou: “Vossa Majestade não pode supor quanto eu sou feliz com o meu adorado Carlos, pois é um anjo e me estima quanto é possível” (AZEVEDO, 2007, p. 282).

uma conjuntura política nefasta para a Europa em geral.

Fig. 1 – D. Maria Teresa de Bragança. Óleo sobre tela.
Autor desconhecido, Debret, Taunay, H. J. da Silva ou A. Fuschini.



Fonte: Queluz, Palácio Nacional de Queluz, inv. n. 255^a (1).

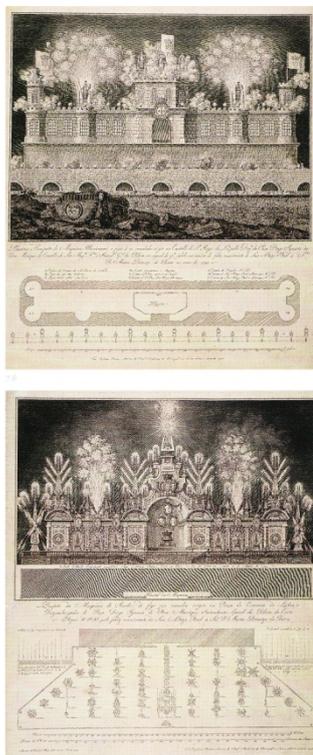
2 Parenética e festas em celebração do nascimento

Voltemos ao nascimento da primogénita dos Príncipes do Brasil, em 1793. As festas de júbilo, um pouco por todo o lado, quer em Portugal continental, quer nos territórios ultramarinos, foram muito significativas. Joaquim Ferreira Alves fez o levantamento das várias acções religiosas e profanas ocorridas no Porto. Entre as primeiras contam-se a celebração de missas e procissões e, entre as segundas, touradas, cortejos, representações teatrais, música, canto, bailes, serenatas, simulacro de lutas, encamisadas, cavalhadas, banquetes, luminárias e até máquinas aerostáticas. A par dos festejos, nos quais a arte efémera e a iluminação marcaram presença, as práticas caritativas de distribuir esmolas aos pobres e jantares e ceias aos presos completaram o quadro festivo. Entre os promotores das

festas contam-se entidades como senados, provedores das comarcas, juízes do povo, bispos e arcebispos, conventos, autoridades militares, fábricas, negociantes estrangeiros, academias e particulares (ALVES, 1993, p. 103-119)⁹.

⁹ Sobre os festejos promovidos, especialmente no Porto, por ocasião do nascimento da Princesa da Beira e de seus irmãos cf. (ALVES, 1988, p. 9-67; ALVES, 1993, p. 155-220; ALVES, 1995, p. 89-131; ALVES, 2001, p. 401-414; ALVES, 2004, p. 527-535).

Fig. 2 – Fogo-de-artifício lançado na ocasião do nascimento de D. Maria Teresa de Bragança. Gravura a buril da autoria de J. C. Renni.



Fonte: Lisboa. Museu da Cidade, inv. 1348-1349.

No âmbito da festa religiosa, houve lugar à pregação de sermões. Dos muitos que se terão ouvido, pelo menos três, da autoria de franciscanos, tiveram honras de impressão. Foram declamados, um em Évora, outro em Alter do Chão e um terceiro no Rio de Janeiro. A publicação dos dois primeiros não se fez esperar, enquanto o terceiro só saiu do prelo em 1809, quando a Corte se encontrava no Rio de Janeiro¹⁰. Efectivamente, estes textos, tais como os sermões de exéquias, eram, por regra, impressos imediatamente após a ocorrência. Raramente ultrapassavam

um ano face à mesma, com excepção dos que eram pregados no Brasil (GRINÉ, 1997, p. 113).

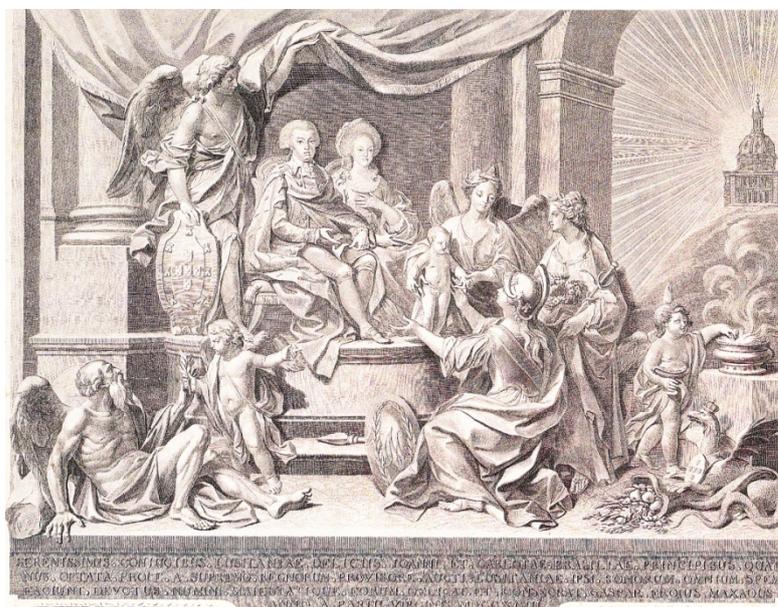
Em Évora, frei Francisco Pedro Busse (1756-?), pregador geral da congregação da Terceira ordem e morador no convento de Nossa Senhora de Jesus, de Lisboa, foi autor de uma peça parenética dada ao público no âmbito do tríduo (festas que duravam três dias), patrocinado pelo senado eborense. O sermão foi dedicado ao arcebispo da cidade, D. Joaquim Xavier Botelho de Lima, do Conselho do Rei, o qual assistira aos festejos da câmara e promovera outros no âmbito da sua diocese. Em Alter do Chão, o senado da câmara patrocinou as festas, tendo

¹⁰ Sobre a fundação da tipografia no Brasil, cf. (CAMARGO, 1993; RIBEIRO, 2008, p. 73-86; *Impresso no Brasil*, 2009; SILVA, 2010, p. 275-288).

contado com frei Joaquim de Santa Ana Gracia Alter, professor de escritura no convento de São Francisco, de Évora. Neste caso, a obra foi dedicada ao jovem pai, o príncipe D. João. No Rio de Janeiro, a oração de acção de graças esteve a cargo de frei António de Santa Úrsula Rodvalho (1762-1817),

examinador da Mesa da Consciência e Ordens (1808), provincial da província da Imaculada Conceição (1808), censor régio (1814) e pregador régio (MARTINS, 2011, p. 124). O sermão teve lugar na sé e foi dedicado a D. Maria Teresa de Bragança.

Fig. 3 – Alegoria ao nascimento de D. Maria Teresa de Bragança em 1793. Gravura a buril e água-forte. Desenho da autoria de Francisco Leal Garcia e gravura de Gaspar Fróis Machado.



Fonte: Lisboa. Banco de Portugal, inv. 52.4.

Frei Francisco Pedro Busse deu ênfase ao sentimento geral, isto é, a satisfação por se ter concretizado um desejo: o nascimento de um herdeiro do trono. Como se sabe, era a maternidade que dava à Rainha – enquanto esposa de Rei e mãe de um futuro Rei – um estatuto e que lhe assegurava a mais importante arma (PÉREZ SAMPER, 2005, p. 407, PERCEVAL, 2007, p. 421). Neste caso, os pais da criança ainda não tinham herdado o trono mas D. João já

era regente desde 10 de Fevereiro de 1792 em virtude da doença da mãe, a Rainha D. Maria I. O pregador fez notar que o facto de a Princesa D. Carlota Joaquina não ter engravidado imediatamente após a consumação do matrimónio se devia apenas aos desígnios de Deus que a todos testava e favorecia quando manifestavam fé:

Nem sempre o Céu despacha logo os nossos desejos, ainda que por justos sejam dignos do seu agrado. Muitas vezes o

Senhor quer experimentar a nossa sujeição humilde, para ao depois melhor nos favorecer com a sua paternal misericórdia [...]. Em nós nos resignando, tudo se consegue. Não basta ter fé, é preciso também ter conformidade (BUSSE, 1793, p. 5-6).

Não obstante, a ansiedade e o receio pela falta de um herdeiro não foram calados. O pregador considerou que “chegou ao fim o suspirado tempo. Desapareceu o susto, uma Princesa recém-nascida estabelece as nossas douradas esperanças. Que bom é o nosso Deus! Que louvável este zelo do seu culto” (BUSSE, 1793, p. 8). Frei Joaquim de Santa Ana Gracia Alter não destoou. Começou por se referir à ansiedade geral que terminara com o parto, permitindo “gritos de universal contentamento” (1793, p. 9-10), continuando: “misturemos, Cristãos, misturemos as reflexões da fé com o justificado motivo do nosso alvoroço, e cada vez nos afirmaremos mais, que o faustíssimo nascimento da Sereníssima Princesa da Beira, é uma mercê singular, chovida da morada superior, que ocorrendo nela circunstâncias misteriosas, dá um novo brilhantismo às nossas histórias, ficando com um prodígio deste século para ser ouvido com assombro pelos heróis de todos os Reinados” (ALTER, 1793, p. 19).

Na mesma linha de pensamento, os pregadores chamaram a atenção para um dos principais problemas das monarquias: a inexistência de sucessão. Trata-se de um tópico corrente nesta

parenese. Lembremos, por exemplo, o sermão do padre António Vieira, a propósito da situação de Portugal no ano de 1668, antes do nascimento da herdeira do regente D. Pedro e de D. Maria Francisca Isabel de Sabóia (1668) (BRAGA, 2011, p. 69). Ora, no caso do nascimento da Princesa da Beira, frei Francisco Pedro Busse deu exemplos da própria história de Portugal remontando aos problemas sucessórios depois da morte de D. Fernando I e do Cardeal Rei D. Henrique (curiosamente, não referiu D. Sebastião), após ter considerado que:

a maior desgraça de um Reino são as guerras civis, são as guerras estranhas. E que consequência mais natural do que estas não havendo legitimo sucessor da Coroa! A ambição se ateia, os partidos se reforçam, o insulto, a desordem erguem seu trono contra a religião e contra a natureza” [...]. A sucessão de uma Coroa. Senhores, é o maior mimo da providência. A nossa virtuosa conduta é o melhor meio de conservá-la” (1793, p. 10, 21). Por seu lado, frei Joaquim de Santa Ana Gracia Alter considerou “para compensar a piedade dos monarcas e assegurar a tranquilidade dos Impérios, tal é a dita que Portugal experimenta na posse da Sereníssima Princesa da Beira, para nela se ir perpetuando a felicidade da casa brigantina, porque o nosso Deus se dignou ouvir as súplicas da Augusta e feliz Carlota, dando-lhe como antigamente a Raquel um fruto do seu ventre que fizesse o objecto das suas delícias (1793, p. 29).

A incerteza da sucessão era um dos maiores riscos da monarquia, consequentemente no sermão pregado no Rio de Janeiro, o franciscano advertiu

para “divisões populares que semelhantes a um incêndio devorariam cidades” (RODOVALHO, 1809, p. 17) caso faltasse um herdeiro directo. Se Frei António de Santa Úrsula Rodovalho, não deixou de se preocupar com a questão da sucessão do trono, como garante da perenidade da monarquia, também não deixou de criticar as teses defendidas pelos livres-pensadores e inspiradoras da Revolução Francesa, considerando-as subversivas e, conseqüentemente, igualmente atentatórias da monarquia e da religião. Não esqueçamos que Luís XVI havia sido executado poucos meses antes do nascimento da Princesa da Beira que então se festejava. Neste contexto, escreveu:

os homens vêm das mãos do seu autor para os braços da sociedade. Dentro dela o estado de igualdade universal é mais do que metafísico. O objecto desta ideia é o homem primitivo mas não o homem social. Se os quereis iguais, deveis separá-los contra todos os seus destinos, aniquilando suas mui nobres faculdades. Se nascem livres por natureza, também a natureza lhes impõe deveres. A liberdade, sendo necessária para fazer suas acções dignas de louvor, não os autoriza contra Deus (1809, p. 18).

Naturalmente que o momento era de gratidão e de alegria, havia que festejar. A pregação insuflou a boa disposição e o clima festivo: “Alegra-te, ó Portugal, nação sempre apaixonada dos teus Príncipes. Já tens uma descendente do real sangue, um

precioso fruto de amor, de bênção, que vem fazer a pública felicidade. Desafoga os teus leais sentimentos. Veste-te de tuas mais roçagantes galas, convoca todos os teus habitantes a solenes acções de graças ao Criador, a festas de religiosa inocência: *gratiarum actio, honor & virtus Deo nostro*” (1793, p. 7), pregou frei Francisco Pedro Busse. Por seu lado, frei Joaquim de Santa Ana Gracia Alter procurou enterrar definitivamente as incertezas: “alegrai-vos, respirem já os vossos oprimidos corações, corroborem-se os ânimos trémulos, encham-se de espíritos os peitos frios e desanimados; as angustias que nos cercavam, as medonhas imagens da tristeza que nos oprimiam eram sombras que já a luz desfez, eram fantasmas, que já a verdade aboliu” (1793, p. 9).

Finalmente, a caracterização da jovem mãe e da recém-nascida. D. Carlota Joaquina foi comparada a uma Lia e a uma Raquel fecunda. Nas palavras de frei Francisco Pedro Busse “Ela [a Princesa do Brasil] vos dará (por vos dizer com o psalmista) tantos filhos, como a abundante videira mil belos cachos” (1793, p. 11). D. Maria Teresa de Bragança foi definida como “bela princesa”, igualmente pelos franciscanos Francisco Pedro Busse e Joaquim de Santa Ana Gracia Alter (1793, p. 20). Este último teceu outras considerações acerca do poder régio, além das que se referiram antes afectas aos problemas sucessórios. Na linha dos teorizadores

políticos de Seiscentos e de Setecentos, reflectiu sobre a natureza e o fundamento do poder real e recordou que “os monarcas não são grandes se não porque são depositários do poder de Deus” (ALTER, 1783, p. 27). Na mesma linha de pensamento temos o comentário tecido por frei António de Santa Úrsula Rodovalho. Se ao longo do sermão se preocupou sobretudo com a sucessão do trono, em certo momento não deixou de considerar que “a paz e a clemência são os dois pólos sobre os quais se resolve o círculo prodigioso de suas acções caracterizadas todas com o selo da virtude” (1809, p. 20). Como se sabe, justiça e clemência são virtudes que caracterizam a correcta acção régia, sendo a ausência das mesmas entendida como tirania.

Após o nascimento de D. Maria Teresa de Bragança outros pregadores tiveram oportunidade de se referir à Princesa da Beira, embora de forma genérica, nomeadamente em sermões motivados pelos aniversários ou pela morte de D. Carlota Joaquina. Por exemplo, em 1798, quando festejou os seus 24 anos, já a princesa contava com mais dois filhos – o príncipe D. António Pio (1795-1801) e a infanta D. Maria Isabel Francisca (1797-1818) e estava grávida de um quarto, D. Pedro (1798-1834), o futuro D. Pedro IV de Portugal e D. Pedro I, imperador do Brasil – Roque Ferreira Lobo teceu-lhe elogios diversos, nomeadamente salientando que era uma esposa exemplar e uma boa mãe

preocupada com a educação, pois, no que se referiu às régias crianças, entendeu:

os seus adoráveis filhos, em quem Vossa Alteza vê que a sua alma se multiplica se reparte e que chamam a sua ternura, jamais a transportaram a um cego amor que lhes diminua os defeitos ou aumente as qualidades. Este arriscado e quase preciso defeito da natureza, não entra um só momento na sua alta consideração. Aqueles defeitos dos primeiros anos são austeramente repreendidos por Vossa Alteza, como se a falta de razão não desse algum privilégio à tenra infância (1798, p. 11).

Em 1799, o mesmo pregador voltou a salientar as crianças, entendidas como o sossego da monarquia, recordando os primeiros anos de casamento sem filhos e o clima de ansiedade que no Reino se teria vivido, não deixando de salientar o milagre de Ourique, um dos mitos fundadores da monarquia portuguesa¹¹ em voga na parenética desde o período restauracionista¹²:

sacode o susto monarquia feliz!
Se banhada em tímido pranto
lastimavas em segredo tardia a
sucessão ao teu esclarecido
trono, põe agora os olhos
contente na admirável
reprodução dos nossos Príncipes
e Senhores. A bênção divina, que
no raso Campo de Ourique
recebeste da mão do Eterno,
santificou este escolhido Império

¹¹ De notar que também Rodovalho (1793, p. 2), já havia referido o milagre de Ourique.

¹² Sobre a “genealogia” do milagre de Ourique e sobre a sua avaliação na historiografia portuguesa, cf. Buescu (2000, p. 13-28). Sobre o milagre de Ourique nos sermões da época da Restauração, cf. Marques (1989).

na descendência permitida (LOBO, 1799, p. 4).

Mais à frente, o pregador caracterizou os filhos de D. João e de D. Carlota Joaquina como “preciosas plantas que hão-de reproduzir um dia os doces frutos da mais sábia e mais respeitável educação. Vossa Alteza os ensina a conhecer a existência de um Deus que tudo pode” (1799, p. 8).

Na parenética fúnebre, frei José de Lima, eremita calçado de Santo Agostinho, em sermão pregado no Porto, por ocasião da morte de D. Carlota Joaquina, classificou a Rainha como a mais extremosa das mães e recordou a situação difícil em matéria sucessória, antes do nascimento da princesa, em 1793, para concluir: “o céu principiou a felicitar-nos, sendo a primeira a Senhora

Princesa D. Maria Teresa, que por suas grandes qualidades paga sobejamente à nação portuguesa o júbilo extraordinário e até as grandes despesas com que se celebrou seu nascimento” (LIMA, 1830, p. 12). As festas e os gastos com as mesmas, por ocasião do nascimento de D. Maria Teresa, ainda não tinham caído no esquecimento, pelo menos para o pregador. Em outro sermão, príncipes e infantes foram lembrados apenas como “carinhosos filhos”, sem esquecer os problemas e as facções políticas de liberais e absolutistas, tal é o caso da parénese por ocasião do primeiro aniversário da morte da Rainha, pregada pelo beneditino frei João de São Boaventura (1831). Nestes casos, a parenética em causa não foi da autoria de franciscanos.

3 A Casa Real e a parenética

Os sermões pregados por ocasião de diferentes efemérides relativas à família real – nascimentos, casamentos, aniversários, doenças e mortes – apresentam importantes informações, quer biográficas quer ao nível da representação, funcionando como instrumentos de carácter político. Ora, para parte da Época Moderna, tais temáticas já tiveram cultores¹³. Recordemos um sermão específico após a

morte de Filipe III que deu origem a um artigo de Francis Cerdan (1992), as peças parenéticas pregadas após as mortes das consortes dos Filipes estudadas por Ana Isabel López-Salazar (2008), a doença de D. João V e a sua repercussão na parénese objecto de investigação por Paulo Drumond Braga (1991), enquanto os sermões pregados por ocasião das exéquias da família real ocorridas durante os reinados de D. João IV, D. Afonso VI e D. Pedro II deram origem a uma dissertação de Mestrado da autoria de Euclides dos Santos Griné

¹³ Sobre a oratória fúnebre em outros espaços europeus, cf., por exemplo, (ALLEMANO, 1968, p. 423-433; PETEY-GIRARD, 2006, p. 169-182; SHAMI, 2011, p. 155-177).

(1997). Finalmente, importa referir a imagem de D. Pedro IV construída nos aniversários da sua morte (MARQUES, 2001).

Para o final da Época Moderna, no âmbito político, é relevante quer o estudo da pregação enquanto discurso histórico-patriótico de revolta e resistência às invasões francesas, levado a efeito por João Francisco Marques (2008, p. 67-144), quer os sermões pregados durante a implantação do liberalismo, objecto de estudo por José Marinho Afonso Álvares (1996). O estudo da parenética ao serviço da construção da identidade brasileira, cujo processo teve início com a presença da Corte no Rio de Janeiro (1808-1821) mereceu atenção de Roberto de Oliveira Brandão (1998), de Maria Renata da Cruz Duran (2010 e 2011) e de William de Souza Martins (2011).

O que neste estudo se pretendeu salientar, a partir de uma perspectiva metodológica que encara o sermão como um instrumento ao serviço da construção e do reforço da imagem real, foi o discurso utilizado pelos pregadores franciscanos por ocasião do nascimento da primogénita dos príncipes do Brasil, visando a glorificação do poder monárquico numa época marcada pelo início dos horrores que conduziram à revolução francesa e à execução de Luís XVI, exactamente poucos meses antes do nascimento da princesa da Beira, como já se salientou. Efectivamente, a conjuntura política europeia era

particularmente grave, as Cortes europeias estavam em alvoroço, em breve Napoleão daria início à sua política expansionista. Neste contexto, a parenética de foro político continuou a servir os propósitos de sempre, a condução dos povos no sentido desejado, fortalecendo a imagem da Coroa, não esqueçamos que foi um discurso ao serviço do poder real e, simultaneamente, utilizado pelo mesmo poder e que muitos dos seus autores eram pregadores régios. A parenética era então um instrumento tradicional¹⁴ entre outros que ganhavam cada vez mais terreno, pensemos nos panfletos (NEVES, 2008) e nas artes visuais, nomeadamente nos desenhos de alegoria política de Domingos António de Sequeira (1768-1837), um dos expoentes deste tipo de produção. Efectivamente, o pintor desenhou diversas alegorias políticas, algumas das quais não passaram de esboços preparatórios para pinturas ou gravuras nem todas concretizadas.

Foram composições que visaram a glorificação do poder através de uma retórica propagandística de ideário neoclássico¹⁵. Em tempos conturbados

¹⁴ Cf. as observações de Ihalainen (2011, p. 495-513).

¹⁵ É particularmente importante a colecção de desenhos do autor que foi objecto de uma exposição temporária, entre 10 de Fevereiro e 27 de Abril de 2012, no Museu Nacional de Arte Antiga. Cf. <http://www.mnarteantiga-ipmuseus.pt/PT/destaques>, consultado a 21 de Março de 2012. Sobre estas obras, cf. também XAVIER, 2010. Referências relevantes e iconografia, a partir da qual se reproduziu as três imagens apresentadas neste texto, podem ser vistas in *D. João VI e o seu Tempo. Catálogo*,

com os que se seguiram à primeira invasão francesa, desenho, pintura, panfletos e sermões visaram o mesmo fim.

Referências

ALTER, Frei Joaquim de Santa Anna Gracia. **Oração que na Acção de Graças pelo Feliz Nascimento da Serenissima Princeza da Beira mandou celebrar o Senado da Camara da Villa de Alter do Chão. Dedicada a Sua Alteza real o Serenissimo Senhor D. João Principe do Brazil.** Lisboa: Tipografia de João António da Silva, 1793.

AZEVEDO, Francica L. Nogueira de (org.). **Carlota Joaquina. Cartas Inéditas.** Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007.

BOMBELLES, Marquis de. **Journal d'un Ambassadeur de France au Portugal 1786-1788.** Paris: Presses Universitaires de France, 1979.

BUSSE, Frei Francisco Pedro. **Sermão que no Solemne Triduo de Acção de Graças feito pelo muito Nobre e excelente Senado da Cidade d'Évora na Igreja Cathedral da mesma, por ocasião do feliz Parto da Sereníssima Princeza D. Carlota Joaquina Nossa Senhora.** Lisboa: Oficina de Simão Tadeu Ferreira, 1793. **Gazeta de Lisboa**, n. 18, Lisboa, 30 de Abril de 1793.

Gazeta de Lisboa, n. 19, Lisboa, 7 de Maio de 1793.

Gazeta de Lisboa, n. 42, Lisboa, 16 de Outubro de 1792.

Gazeta de Lisboa, n. 47, Lisboa, 20 de Novembro de 1792.

Gazeta de Lisboa, n. 48, Lisboa, 27 de Novembro de 1792.

Gazeta do Rio de Janeiro, n. 101, Rio de Janeiro, 18 de Dezembro de 1811.

Gazeta do Rio de Janeiro, n. 39, Rio de Janeiro, 12 de Maio de 1810.

Gazeta do Rio de Janeiro, n. 40, Rio de Janeiro, 19 de Maio de 1810.

Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999. Note-se que Domingos António Sequeira, glorificou D. João VI e os Ingleses tendo, contudo, começado por estar ao serviço da França napoleónica.

Gazeta do Rio de Janeiro, n. 44, Rio de Janeiro, 30 de Maio de 1812.

Gazeta do Rio de Janeiro, n. 45, Rio de Janeiro, 3 de Junho de 1812.

Gazeta Extraordinária do Rio de Janeiro, n. 30, Rio de Janeiro, 19 de Dezembro de 1811.

LÁZARO, Alice. **Se Saudades Matassem... Cartas Íntimas do Infante D. João (VI) para a Irmã (1785-1787)**. Lisboa: Chiado Editora, 2011.

LIMA, Frei José de. **Oração Funebre da Muito Alta e Muito Poderosa Imperatriz Rainha e Senhora Nossa, a Senhora D. Carlota Joaquina de Bourbon**. Porto: Tipografia da Viúva Álvares Ribeiro & Filhos, 1830.

LOBO, Roque Ferreira. **Oração Gratulatória que à Sereníssima Senhora D. Carlota Joaquina, Princesa do Brazil, tem a honra de oferecer no Dia dos seus Anos muito submissamente**. Lisboa: Oficina de Simão Tadeu Ferreira, 1799.

LOBO, Roque Ferreira. **Oração Panegyrica à Sereníssima Senhora D. Carlota Joaquina, Princesa do Brazil que no dia de seus Anos tem a honra de oferecer a sua Alteza com muito respeito...**, Lisboa: Oficina de Simão Tadeu Ferreira, 1798.

MARROCOS, Luís Joaquim dos Santos. **Cartas do Rio de Janeiro 1811-1821**. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2008.

PEREIRA, José Maria Dantas. **Elogio Historico do Senhor D. Pedro Carlos de Bourbon e Bragança, Infante de Hespanha e Portugal, Almirante General da Marinha Portuguesa composto e oferecido à muito Augusta Princesa a Senhora D. Maria Teresa viúva do mesmo Senhor**. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1813.

RODOVALHO, Frei António de Santa Úrsula. **Oração de Acção de Graças que pelo muito Feliz Nascimento da Sereníssima Senhora D. Maria**

Thereza muito Alta e Muito Poderosa Princesa da Beira recitou na Cathedral do Rio de Janeiro no dia 19 de Novembro de 1793 e oferece à mesma Senhora no ano de 1809. Rio de Janeiro: Régia Oficina Tipográfica, 1809.

SÃO BOAVENTURA, Frei João de. **Oração Funebre da muito Alta e muito Poderosa Imperatriz e Rainha de Portugal a Senhora D. Carlota Joaquina de Bourbon e que nas Solemnes Exequias, que mandou celebrar El Rei Nosso Senhor D. Miguel I seu Augusto Filho na Real Capela do Paço de Queluz, recitou a 14 de Janeiro de 1831, um anno depois da sua Morte**. Lisboa: Impressão Régia, 1831.

Segundo Suplemento à Gazeta de Lisboa, n. 12, Lisboa, 23 de Março de 1793.

Segundo Suplemento à Gazeta de Lisboa, n. 13, Lisboa, 30 de Março de 1793.

Segundo Suplemento à Gazeta de Lisboa, n. 17, Lisboa, 17 de Novembro de 1792.

Segundo Suplemento à Gazeta de Lisboa, n. 43, Lisboa, 27 de Outubro de 1792.

Segundo Suplemento à Gazeta de Lisboa, n. 50, Lisboa, 15 de Dezembro de 1792.

Suplemento à Gazeta de Lisboa, n. 18, Lisboa, 3 de Maio de 1793.

Suplemento à Gazeta de Lisboa, n. 42, Lisboa, 19 de Outubro de 1792. VIEIRA, António. **Sermam Historico e Panegyrico do Padre ... nos annos da Serenissima Raynha oferecido a Sua Majestade pelo padre Manuel Fernandes**. Lisboa: Oficina de José da Costa, 1668.

Estudos

ALLEMANO, Romano. **Oratori Sacri del Seicento. Antologia di Temi e di Motivi dell'Eloquenza Religiosa Barroca**. Turim: Tesi di Laura in Litteratura Italiana, Università degli Studi di Torino, Facoltà di Lettere e Filosofia, 1968.

ÁLVARES, José Marinho Afonso. **A Parenética Portuguesa e os Principais acontecimentos Políticos de 1820 a 1834**. Coimbra: Dissertação de Licenciatura em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1966.

ALVES, Joaquim Jaime Ferreira. A Festa Barroca no Porto ao serviço da Família Real na segunda Metade do século XVIII. Subsídios para o seu Estudo, **Revista da Faculdade de Letras. História**, 2.^a série, vol. 5, Porto, 1988, p. 9-67.

ALVES, Joaquim Jaime Ferreira. A Festa da Vida, a Festa da Morte e a Festa da Glória: Três Exemplos de 1793. **Poligrafia**, n. 2, Arouca, 1993, p. 103-119.

ALVES, Joaquim Jaime Ferreira. O 'Magnífico Aparato': Formas da Festa ao Serviço da Família Real no século XVIII. **Revista de História**, vol. 12, Porto, 1993, p. 155-220.

ALVES, Joaquim Jaime Ferreira. O Porto no Nascimento de D. Pedro de Alcântara, **D. Pedro Imperador do Brasil, Rei de Portugal. Do Absolutismo ao Liberalismo. Actas do Congresso Internacional**. Porto, Universidade do Porto, Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001, p. 401-414.

ALVES, Joaquim Jaime Ferreira. Os Festejos no Porto pelo Nascimento do Infante D. António Pio (1795). **Poligrafia**, n. 4, Arouca, 1995, p. 89-131.

ALVES, Joaquim Jaime Ferreira. Os Nascimento dos Infantes D. Isabel Maria (1801) e D. Miguel (1802).

Estudos em Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos. vol. 2, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004, p. 527-535.

BEIRÃO, Caetano. **D. Maria I (1777-1792)**. 3. ed. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1944.

BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond; BRAGA, Paulo Drumond. **Dois Rainhas em Tempo de Novos Equilíbrios Europeus. Maria Francisca Isabel de Saboia. Maria Sofia Isabel de Neuburg**, [Lisboa]: Círculo de Leitores, 2011.

BRAGA, Paulo Drumond. A Doença de D. João V como Tema da Oratória Barroca: o Problema da 'Cura'. **I Congresso Internacional do Barroco. Actas**. vol. 1, Porto: Reitoria da Universidade do Porto, Governo Civil do Porto, 1991, p. 167-175.

BRANDÃO, Roberto de Oliveira. Presença da Oratória no Brasil do século XIX. In Leyla Perrone-Moisés (dir.). **O Ateneu. Retórica e Paixão**. São Paulo: Brasiliense, EDUSP, 1998, p. 213-226.

BUESCU, Ana Isabel. A Memória das Origens. Ourique e a Fundação do Reino (séculos XV-XVIII). In **Memória e Poder. Ensaios de História de História Cultural (séculos XV-XVIII)**. Lisboa: Cosmos, 2000, p. 13-28.

BUESCU, Ana Isabel. **O Milagre de Ourique e a História de Portugal de Alexandre Herculano. Uma Polémica Oitocentista**. Lisboa: INIC, 1987.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. **Bibliografia da Imprensa Régia do Rio de Janeiro**. 2 vols, São Paulo: Edusp, Livraria Kosmos Editora, 1993.

CARDOSO, Rafael (org.). **Impresso no Brasil 1808-1930. Destaques da História Gráfica no Acervo da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro: Verso Brasil Editora, 2009.

CERDAN, Francis. L'Oraison Funébre du Roi Phillippe II de Portugal (Philippe III d'Espagne) par Frei Baltasar Paez en 1621. **Arquivos do Centro Cultural Português**, vol. 31, Lisboa, Paris, 1992, p. 151-170.

DURAN, Maria Renata da Cruz. **Ecoss do Púlpito. A Oratória Sagrada no Tempo de D. João VI**. São Paulo: Unesp, 2010.

DURAN, Maria Renata da Cruz. **Retórica e Eloquência no Rio de Janeiro (1759-1834)**. Franca, Tese de Doutoramento em História – História e Cultura Social, apresentada à Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2009.

GRINÉ, Euclides dos Santos. **A Construção da Imagem Pública do Rei e da Família Real em Tempo de Luto (1649-1709)**, Coimbra, Dissertação de Mestrado em História Moderna apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1997.

IHALAINEN, Pasi. The Political Sermon in an Age of Party Strife, 1700-1720: Contributions to the Conflict. In Peter McCullough, Hugh Adlington e Emma Rhatigan (dir.). **The Oxford Handbook of the Early Modern Sermon**. Oxford: Oxford University Press, 2011, p. 495-513.

D. João VI e o seu Tempo. Catálogo. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1999.

LÓPEZ-SALAZAR, Ana Isabel. 'May de Lisboa e dos Portuguezes todos'. Imagens de Reinas en el Portugal de los Felipes. In José Martínez Millán e Maria Paula Marçal Lourenço (dir.). **Las Relaciones Discretas entre las Monarquías Hispana y Portuguesa: La Casa de Las Reinas (siglos XV-XIX)**. vol. 3, Madrid: Polifemo, 2008, p. 1749-1776.

MARQUES, João Francisco. **A Parenética Portuguesa e a Restauração 1640-1668**. 2 vols, Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1989.

MARQUES, João Francisco. A Pregação Fúnebre na Igreja da Lapa no Aniversário da morte de D. Pedro IV: os Sermões do P. Domingos da Soledade Sillos. In **D. Pedro Imperador do Brasil, Rei de Portugal. Do Absolutismo ao Liberalismo. Actas do Congresso Internacional**. Porto: Universidade do Porto, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2001, p. 385-400.

MARQUES, João Francisco. O Clero Norteno e as Invasões Francesas. **Obra Selecta**. tomo 1, vol. 1. Lisboa: Roma Editora, 2008, p. 67-144.

MARTINS, William de Souza. O Púlpito em Defesa do Antigo Regime: a Oratória Franciscana na Corte Joanina (1808-1821). **Tempo**, vol. 31, Rio de Janeiro, 2011, p. 117-144.

NEVES, Lúcia Bastos Pereira das. **Napoleão Bonaparte. Imaginário e Política em Portugal c. 1808-1810**. São Paulo: Alameda, 2008.

D. Pedro d'Alcântara de Bragança 1798-1834. Imperador do Brasil. Rei de Portugal. Uma Vida, dois Mundos, uma História. Exposição, [Lisboa]: Secretaria de Estado da Cultura, Fundo de Fomento Cultural, 1986.

PEDREIRA, Jorge; COSTA, Fernando Dores, **D. João VI, o Clemente**. Lisboa, Círculo de Leitores: 2006.

PERCEVAL, José María. Jaque a la Reina. Las Princesas Francesas en la Corte Española, de la Extranjera a la Enemiga. GRELL, Chantal, PELLISTRANDI, Benoît (org.). **Les Cours d'Espagne et de France au XVII^e siècle**. Madrid : Casa de Velázquez, 2007, p. 41-60.

PEREIRA, Ângelo Pereira. **As Senhoras Infantas filhas d'El-Rei D. João VI**,

fac-símile da edição de 1938. Lisboa: Ex-Libris, 2004.

PEREIRA, Sara Marques. **D. Carlota Joaquina e os 'Espelhos de Clio'. Actuação Política e Figurações Historiográficas.** Lisboa: Livros Horizonte, 1999.

PÉREZ SAMPER, María de los Ángeles. Las Reinas. Ortega, Margarita, Lavrin, Asunción, Pérez Cantó, Pilar (org.). **Historia de las Mujeres en España y América Latina**, vol. 2, Madrid: Cátedra, 2005, p. 399-435.

PETÉY-GIRARD, Bruno. Parler des Morts, Parler de Soi. Remarques sur la Place du Sujet dans les Harangues Funèbres. In Patricia Eichel-Lojkine (org.). **De Bonne Vie s'Ensuit Bonne Mort. Récits de Mort, Récits de Vie en Europe (XV^e-XVII^e siècle).** Paris: Honoré Champion, 2006, p. 169-182.

RIBEIRO, Marcus Tadeu Daniel. O Conde da Barca e o Surgimento da Imprensa Régia. **Revista do Livro da Biblioteca Nacional**, vol. 50, Lisboa, 2008, p. 73-86.

SHAMI, Jeanne. Women and Sermons. In: Peter McCullough, Hugh Adlington e Emma Rhatigan (dir.). **The Oxford Handbook of the Early Modern Sermon.** Oxford: Oxford University Press, 2011, p. 155-177.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. O Nascimento da Tipografia no Brasil Colonial, **Rio de Janeiro Capital do Império Português (1808-1821).** Lisboa: Tribuna da História, 2010, p. 275-288.

VENTURA, António, Carlota Joaquina (1775-1830). In António Ventura, Maria de Lourdes Vieira Lyra, **Rainhas de Portugal no Novo Mundo. Carlota Joaquina. Leopoldina de Habsburgo,** Lisboa: Círculo de Leitores, 2011.

VILA PALA, Claudio. El P. Felipe Scío, Maestro y Confesor de la Infanta Carlota Joaquina en Portugal, **Analecta Calasanciana**, n. 6, Madrid, 1964.

XAVIER, Hugo. **Pintores Portugueses. Domingos Sequeira.** Matosinhos, QuidNovi, 2010.

Trabalho recebido em 15/05/2015.
Aceito para publicação em 30/06/2015.